

# Poder e tempo de fala: Uma reflexão sobre jogos discursivos em disputa numa Comissão Permanente do Congresso Nacional<sup>1</sup>

Lígia de França Carvalho Fonseca<sup>2</sup> (PPGAS-UnB/DF)

## Introdução

O presente trabalho surge como desdobramento de algumas reflexões centrais que foram construídas a partir de uma etnografia de mestrado<sup>3</sup> realizada no Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) em Brasília – DF, no primeiro semestre de 2014. A escolha aqui será de tentar situar minimamente o contexto desta pesquisa e refletir sobre alguns desafios postos, como, por exemplo, quando os discursos dos sujeitos em análise se dirigem em parte a questionamentos sobre o trabalho da antropologia, na construção de laudos nos processos de demarcação de terras indígenas; como também o desafio da construção no fazer etnográfico em espaços públicos, e, neste caso, diante de uma produção discursiva de *realidades* por parte destes atores na referida arena.

Um dos primeiros esforços na construção desta etnografia foi apresentar minha entrada em campo; as hierarquias de circulação com as quais me deparei nos ambientes do Congresso Nacional, mais precisamente a organização espacial por onde circulei durante a pesquisa, bem como a dimensão que o cotidiano destas duas casas representa em Brasília-DF. Busquei dar uma atenção aos comportamentos rituais dos parlamentares no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, acessar o *Regimento Interno* das duas casas, refletindo sobre tais comportamentos a partir de contribuições teórico-metodológicas da *antropologia da política* e da *etnografia da fala*. Mais especificamente, busquei etnografar repertórios políticos elucidados na seqüência respectivamente de duas audiências públicas na *Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural* da Câmara dos Deputados: a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – PPGAS-UnB

<sup>3</sup> FONSECA, Lígia de França Carvalho. 2015. *Etnografando Repertórios Políticos no Congresso Nacional*. Dissertação de conclusão de mestrado em Antropologia Social da UFRN. Orientador: Prof. Dr. Edmundo Pereira.

primeira foi a *revogação à subscrição da Convenção 169 da OIT*; e a segunda o comparecimento de Ministros para *Esclarecimentos sobre os assassinatos de produtores rurais promovidos por indígenas no Rio Grande do Sul*, ambas em 2014.

É importante destacar que a sequência de reflexões que venho tecendo sobre este tema foi resultante de discussões advindas tanto do meu trabalho de monografia<sup>4</sup> em ciências sociais, como também contribuições em Grupos de Trabalhos na 28<sup>a</sup>, 29<sup>a</sup> e 30<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia – RBA, e que em geral deram continuidade a debates que se propuseram a pensar a relação entre antropologia, Estado e elites políticas.

Em diálogo com o debate proposto para este Grupo de Trabalho, a direção aqui será de partir de um recorte num evento específico na referida Comissão para abordar os modos de atuação política parlamentar na relação com outros atores presentes nestes eventos de fala, especificamente nas disputas pelo uso da palavra, as regras prescritas acionadas e negociadas nos jogos de poder, para se permitir pronunciar e fazer calar. Dessa maneira, proponho para este artigo uma reflexão sobre a produção e disputa de enquadramentos discursivos em torno da temática indígena nestas audiências públicas na *Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural* da Câmara dos Deputados, e nesse sentido, apresentar aqui, sucintamente, algumas recorrências de enunciados, estrutura do debate, de modo a entender como os locutores se ajustam e fazem uso de distintos recursos em seus repertórios, afim de reproduzirem quadros interpretativos acerca da relação entre Estado, populações indígenas, terras indígenas e o trabalho da antropologia.

---

<sup>4</sup>FONSECA, Lígia de França Carvalho. 2013. *Investigando significados nos discursos políticos: um exercício a partir dos pronunciamentos de uma senadora*. Monografia de Conclusão apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFCG. Orientador: Prof. Dr. José Gabriel Corrêa.

## **Etnografando no Congresso Nacional: Investimentos metodológicos e estratégias de entrada**

O exercício etnográfico de pesquisar num espaço de atuação política como o Congresso Nacional está relacionado com desdobramentos metodológicos dentro da ciência antropológica de colocar outros cenários e atores a serem investigados. Tal abordagem em grande medida é devedora de desenvolvimentos dentro da antropologia brasileira que tem realizado esforços de recolocar o campo da política como objeto para as pesquisas antropológicas (PALMEIRA & GOLDMAN, 1996; TEIXEIRA, 1998; BEZERRA, 1999). A incorporação de olhares específicos sobre as relações entre política e Estado, entre antropologia e Estado (LIMA, 1995, 2002), apontam para um espaço de pesquisa que pode fornecer importantes contribuições para o conhecimento do mundo atual. A saber, uma vasta produção do Núcleo de Antropologia da Política-NUAP - criado em 1997 que resultou em etnografias que demonstram um olhar antropológico sobre instituições, relações e atividades pensadas socialmente como políticas, descrevendo assim contextos e espaços em que “atores estabelecem recortes de domínios, classificações e significados” (COMERFORD & BEZERRA, 2013).

Além desta literatura, um subsídio de modelagem analítica também acionada foi uma bibliografia de *etnografia da fala*, que indicou exercícios promissores por demonstrar instrumental metodológico que permitiu que os discursos sejam apreendidos de modo mais amplo, assim como também os aparatos não verbais. No decorrer da pesquisa realizada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados me direcionei em tratar os pronunciamentos políticos em *contexto*, como parte de *eventos de fala*, seus meios de expressão e regras de ação que estão para além da relação emissor-receptor (BAUMAN & SHERZER, 1975). O enfoque recaiu na análise dos jogos de interação entre narrativas que envolvem a temática das populações indígenas, temas correlatos e os diversos agentes emissores e receptores neste debate.

A *etnografia da fala* está empenhada em dar conta não especificamente da linguagem enquanto empreendimento universal, mas das ações sociais que comunicam significados específicos. Assim, se dedica a dar uma atenção também para os aparatos corporais, para os recursos verbais ou não verbais. Para Bauman & Sherzer, *atos de fala* de uma *comunidade de comunicação* constituem meios para a realização do falar - padrões convencionalizados, maneiras de fazer agir com palavras, palavras que são capazes de objetificar realidades. Além disso, *a etnografia da fala* nos direciona a

pensar *eventos de fala* de modo que as situações sociais que definem padrões comunicativos possam também ser pensadas em termos de desigualdades narrativas (HYMES, 1996).

Erving Goffman também em seu texto “Footing”, (2002) apresenta sua compreensão sobre o encontro *face a face*, nos quais os participantes estão constantemente propondo e mantendo enquadres que organizam o discurso e os orientam em relação à situação interacional. Neste sentido, o domínio do *enquadramento* discursivo, conquistado não só com a palavra, mas com o ritmo, altura, tom de vozes e gestos, são centrais para a conquista de adesão política a argumentos e encaminhamentos de discussão. O *footing* representa justamente o alinhamento, a postura, a posição, a projeção de um “eu” de um participante (que é sempre o resultado de múltiplas falas) na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção.

Nas primeiras incursões em campo percebi que *estar lá* exigia uma compreensão da geografia do Congresso Nacional: anexos, portarias, diversos salões, plenários, túnel, etc. Assim, fui instada a pensar quais eram, pois, os acessos disponíveis e as limitações postas para circulação nesses espaços, refletindo dessa maneira, as implicações sociais que foram suscitadas no período da minha circulação entre corredores, elevadores, comissões, em suma, o reconhecimento de ambientes aparentemente formais e informais que foram sendo compreendidos no processo etnográfico.

Meu interesse em realizar uma análise dos jogos de interação entre narrativas s no Congresso Nacional suscitou logo num primeiro momento alguns desafios a serem incorporados no exercício de pesquisa, sobretudo o aprendizado da gramática regente neste espaço, tanto para entender a organização nas situações de debates, como também para conhecer as condutas de ação prescritas para circulação nesta casa.

Inicialmente chamou atenção por exemplo, os *pré-jogos e pós-jogos* (ver Goffman, 2002) aos assuntos profissionais, ou seja, o que acontece antes do presidente da Comissão declarar aberta a presente reunião, fora dos centros de debate e de registro audiovisual. Por ter gerado uma rotina de trabalho de campo semanalmente nas Comissões Permanentes, observei que as disposições dos parlamentares na sala obedeciam a uma recorrência. Percebi como alguns parlamentares sentavam quase sempre nos mesmos lugares e conseqüentemente mantinham-se posicionados sempre ao lado ou ao redor dos mesmos parlamentares. Nesse sentido, era notável a formação de

*conluio*<sup>5</sup>, cochichos entre si no momento da votação ou não, e, nessa hora, os parlamentares costumavam afastar o microfone, giravam suas cadeiras para trás e, por vezes, pousavam para fotos conjuntamente. Uma *sessão* que é perpassada por rituais de fala (abertura e fechamento de enquadres) com normas prescritas para fazê-lo – desde as formas verbais que deve se utilizar até o tempo que se está com a palavra –, é palco também de ações que recriam a postura parlamentar, a qual muitas vezes é transmitida via meios de comunicação como ações puramente formais nos recintos do espaço público.

Diante desse contexto, procurei no processo etnográfico lançar um olhar sobre os padrões que regulamentam as práticas discursivas dos parlamentares em contextos comunicacionais específicos, pensando certos alinhamentos sociais no cenário político como comportamentos rituais. Desta maneira, fazendo uso da noção de Edmund Leach (1966:334), reflito aqui a política também como um sistema de comunicação o qual se produz formas de comportamentos que constituem ações rituais:

Behaviour which is directed towards specific ends and which, *judged by our standards of verification*, produces observable results in a strictly mechanical way. We can call this "rational technical" behaviour.

Minha imersão enquanto pesquisadora no Congresso Nacional revelou-me um espaço público com tantas questões etnográficas, porém também mostrou-se como um campo repleto de limites à pesquisa antropológica. Embora, em primeiro plano meu exercício de campo tenha sido estabelecer uma rotina de pesquisa para pensar como o tema das terras e populações indígenas têm sido debatidas por parlamentares no Congresso, me deparei com alguns imponderáveis durante a pesquisa, como adiamentos e suspensão de algumas sessões e os limites de acesso<sup>6</sup> entre as duas casas parlamentares.

Esses contextos de adiamentos há de considerá-los etnograficamente, a saber, o papel institucional que ocupam no cotidiano da conduta parlamentar. A antropóloga Carla Teixeira em seu artigo, *Decoro parlamentar: entre agressões morais e*

---

<sup>5</sup>A categoria *conluio* que adoto neste trabalho está apoiada no sentido de *adesão prática* colocada por Bourdieu (1996) no jogo das trocas linguísticas, mais especificamente na disputa pela legitimidade dos enunciados.

<sup>6</sup>A questão de não portar nenhum crachá pode representar impedimentos no acompanhamento de algumas audiências, sessões no plenário, etc.

*indisciplinas estratégicas*, (2004) analisa esses imponderáveis no contexto da sua pesquisa no Congresso Nacional, como por exemplo, tipos de manobras regimentais no decorrer da votação de certas matérias legislativas no plenário, que resultaram na suspensão de sessões. A *questão de ordem*<sup>7</sup> é um recurso muito recorrente nas narrativas dos parlamentares, e são interferências como estas que irão definir o funcionamento de uma audiência pública. Um dos eventos que Teixeira analisa fica evidente os muitos embates regimentais em torno da questão da falta de *quórum*<sup>8</sup> para a continuidade da sessão, gerando assim conflitos acalorados e, por conseguinte, a suspensão muitas vezes da sessão por falta de ordem no plenário. Com os desdobramentos da minha pesquisa no Congresso, comecei a me dar conta de que o esvaziamento de parlamentares em audiências públicas, por exemplo, faz parte de um conjunto de estratégias relacionados aos interesses das ditas frentes parlamentares, nos adiamentos de alguns processos de votação, como também o acirramento de disputas ofensivas acabam por gerar situações limites interferindo na “ordem do plenário”.

Ao freqüentar a Câmara dos Deputados passei a perceber algumas distinções no funcionamento das duas casas. Um ponto que me chamou atenção era o de que a Câmara dos Deputados soava a mim como um lugar aparentemente menos formal, desde as vestimentas, ao público e até mesmo os jogos de cena nas comissões que passei a presenciar. Minha primeira visita a uma *Comissão Permanente* da Câmara dos Deputados foi uma experiência perpassada de muitas impressões, mas o que proponho registrar neste exercício é de como a *comunidade de fala* dessas comissões apresentou uma participação discursiva dotada de intervenções acaloradas (tom e prosódica altos, ritmo e gesticulação acelerados), mais ainda que o Senado. Por exemplo, nas audiências que estive presente, pude observar interações do público de visitantes com parlamentares sem a concessão da palavra pelo presidente da Comissão, de parlamentares se afrontarem em discurso ferrenhamente, em suma, intervenção de aplausos, gestos e tom de voz elevada tomaram conta muitas vezes das audiências com mais de três horas de duração.

---

<sup>7</sup>“**Art. 95.** Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.” (Câmara dos Deputados – Regimento Interno, 2014:168)

<sup>8</sup>**Art. 181.** Só se interromperá a votação de uma proposição por falta de quórum.

§ 1º Quando esgotado o período da sessão, ficara esta automaticamente prorrogada pelo tempo necessário a conclusão da votação, nos termos do § 2º do art. 72.

§ 2º Ocorrendo falta de número para deliberação, proceder-se-á nos termos do § 3º do art. 82215. (Câmara dos Deputados – Regimento Interno, 2014:124)

Em grande parte do período em campo para análise dos discursos envolvendo os referentes em questão, - *populações indígenas, terras indígenas, agronegócio e antropologia* – busquei situar a apreensão de um corpo de falas elucidadas dentro de *Comissões Permanentes*, ou seja, evidenciar o contexto que norteia as condutas comunicacionais, posturas dos falantes e que são centrais para entender um evento de fala, como também refletir como nós antropólogos temos acionado a antropologia nos espaços públicos na construção de etnografias cujos sujeitos da pesquisa são elites políticas.

### **Refletindo rituais de fala e repertórios políticos em disputa a partir de uma audiência pública**

As discussões que irão compor este tópico resultam de esforços de análises construídos a partir da observação direta, gravação<sup>9</sup> e leitura minuciosa das Notas Taquigráficas<sup>10</sup> de duas *audiências públicas* na *Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural* da Câmara dos Deputados em Brasília. Ter organizado estes dois materiais (taquigrafias e transcrições) foi rentável para refletir estas situações sociais tomando eventos periféricos ao centro das ações como atos performativos da platéia nas audiências, bem como insultos fora do microfone entre parlamentares, além da alteração do tom da voz, pausas, silêncios, que não são incluídos no material oficial disponibilizado pelas Comissões, embora todos os discursos feitos com o uso do microfone sejam digitalizados integralmente, com exceção das interrupções de som.

As *Comissões Permanentes* foram escolhidas como *locus* privilegiado durante a minha pesquisa para pensar a estrutura de repertórios e performances discursivas nessa arena política envolvendo o tema das *populações indígenas*. Mais especificamente, para refletir algumas questões sobre as disputas discursivas neste espaço político, me detenho aqui ao evento que será a segunda audiência pública<sup>11</sup> etnografada, ocorrida no

---

<sup>9</sup>As duas audiências gravadas totalizaram a duração de sete horas, quarenta e sete minutos e vinte e cinco segundos.

<sup>10</sup>As Notas Taquigráficas destas duas audiências públicas na íntegra estão disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/documentos/notas-taquigraficas/notas-taquigraficas-2014/notas-taquigraficas-junho-de-2014>, acesso em 2/12/18

<sup>11</sup>Para situar o caso dos dois assassinatos debatidos nesta audiência pública, registraremos uma versão do conflito noticiada na página online do Jornal Zero Hora Notícias do Rio Grande do Sul: “Conforme o

dia 04 de junho de 2014 na *Comissão Permanente da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural*, convocada para pedir esclarecimentos aos Ministros Gilberto Carvalho e José Eduardo Cardozo pelos *autores do requerimento*<sup>12</sup> Deputados Luis Carlos Heinze (PP/RGS) e Giovanni Queiroz (PDT/PA). Esta segunda audiência ocorre no mesmo campo semântico da primeira, no entanto, foi bem mais concorrida, longa e complexa do ponto de vista da organização das falas, quando as interpelações são abertas.

No total contabilizei 314 intervenções. Estabeleço então como um *corpus* analítico algumas destas intervenções, compreendendo os blocos de enquadramentos e conluios que trago aqui a partir de eixos temáticos, mais especificamente os esquemas de classificação que norteiam os repertórios de alguns grupos de parlamentares. Apresento em seguida alguns trechos destas falas:

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ):** (...) O Ministro Gilberto Carvalho já compõe a Mesa. Nos termos do art. 221 do Regimento Interno desta Casa, informo aos Parlamentares que os Ministros terão prazo de 30 minutos, prorrogáveis por mais 15, pelo Plenário da Comissão, só podendo ser aparteados durante a prorrogação. Os autores do requerimento de convocação terão prazo de 10 minutos para interpelar os expositores e os Parlamentares inscritos previamente poderão fazê-lo pelo prazo de 5 minutos, tendo os intercalados igual tempo para responder. Serão facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos. Os líderes poderão usar a palavra por 5 minutos, sem apartes, após o término dos debates. Tem a palavra o Sr. Gilberto Carvalho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que terá o tempo de 30 minutos, prorrogáveis por mais 15, enquanto aguardamos a chegada do Ministro José Eduardo Cardozo.

**O SR. MINISTRO GILBERTO CARVALHO:** (...) Nós entendemos, na Secretária- Geral, que nosso papel, ao contrário do que muitas vezes se propala, é exatamente o trabalho de tentar conter, evitar conflitos. Infelizmente, tem havido conflitos pelo País. Há uma situação dada em que grande parte do território nacional já foi demarcada: 90% dos índios já estão com suas terras demarcadas (...) O Ministro, que é quem tem feito essas mediações, poderá dar mais detalhes. Nós entendemos que essa negociação, embora contestada por um e por outro lado, é o único caminho possível. (...) Só para terem noção de que não se trata de irresponsabilidade ou tentativa, como às vezes se pensa, de agudizar o conflito. Seria loucura da nossa parte. Nossa atuação tem sempre sido na busca da mediação. É o tipo de assunto que se fosse fácil já estaria resolvido. Pela complexidade dele, pelo envolvimento de direitos conflitantes é que

---

Comandante da Brigada Militar (BM) do município, sargento Valdecir Golfetto, um grupo de cerca de 50 índios bloqueou a estrada que dá acesso às Linhas Faxinal Grande e Coxilhão, no interior da cidade, em um protesto para reivindicar a **demarcação de terras indígenas** na região. O grupo reside em um acampamento chamado Candoia e, segundo a **Fundação Nacional do Índio (Funai)**, aguarda há 12 anos pela publicação da portaria que declara a área como indígena. Por volta das 17h, segundo a BM, um grupo de agricultores tentou liberar a estrada para a passagem de um caminhão carregado com ração, o que teria iniciado um confronto. Segundo Golfetto, dois agricultores teriam sido mortos a tiros durante o conflito. Ver: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/04/dois-agricultores-sao-mortos-em-suposto-confronto-com-indigenas-no-norte-4486655.html> Acessado em 14/09/2015.

<sup>12</sup> “**Requerimento de Informações:** Através desse requerimento, um Parlamentar pode solicitar ao Poder Executivo informações de seu interesse, que estejam dentro da prerrogativa fiscalizadora do Legislativo.” (GUIA ADVOCACY, Organização Internacional do Trabalho 2012. Primeira edição: 2012)



se torna particularmente complexo, e, por isso, para nós, a importância da mediação, de pôr numa mesa para conversar.

**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO:** (...) Entendo um dever do Poder Executivo sempre prestar as informações, quando solicitadas, ao Parlamento, é dever constitucional e jurídico intransponível e correto e é a razão pela qual sempre agradeço as oportunidades de estar aqui. Além do que, tendo sido membro desta Casa por 8 anos, é sempre um prazer rever amigos antigos de jornada com quem tive a oportunidade de travar debates parlamentares ao longo desse período. Em que pese possam ter ocorrido divergências, a amizade sempre nos uniu, o respeito sempre esteve presente. Eu agradeço, repito, a possibilidade de estar aqui com as Sras. e Srs. Deputados. O objeto desta convocação se prende a uma questão importante, relativa aos conflitos que envolvem as terras indígenas no Estado do Rio Grande do Sul. (...)

Então, em boa parte desses conflitos a polêmica envolve interesses absolutamente legítimos, o que, é óbvio, dificulta o desate, o deslinde, a solução. O Ministério da Justiça tem tido uma postura decorrente do acúmulo da nossa experiência no tratamento desse problema. (...) pareceu-nos muito claro que faltava um componente nesses processos de demarcação: a mediação. Nós encomendamos um estudo a respeito. Na maior parte dos países do mundo que têm problema em relação aos povos originários e ao reconhecimento em terras, o procedimento de mediação foi firmado e deu resultados. (...) Eu me envolvi pessoalmente nesse procedimento, na busca da mediação. Iniciamos na Fazenda Buriti aquilo que convenciamos chamar de mesas de diálogo. O nome foi escolhido com algum cuidado, porque as duas partes envolvidas normalmente costumam dizer que direitos não se negociam. E, de fato, quem tem direito não negocia.

(...) Ora, manter um conflito por 32 anos, como lembra o nobre Deputado, é algo perverso com proprietários que têm suas propriedades desvalorizadas, com indígenas que esperam ocupar suas áreas. Se levado à Justiça, outra saída não há que não seja aguardar a prestação jurisdicional final do Estado. Se nós conseguirmos evitar isso e fazer equacionamentos, mediações, entendimentos, além de resolver definitivamente o processo, levamos paz social, garantia dos direitos dos envolvidos em uma situação que pode não ser a melhor para as duas partes, mas que acaba sendo boa ao final do procedimento.

(...) tivemos uma situação muito triste na região de Faxinalzinho. Os indígenas estavam ocupando uma estrada, quando alguns colonos, como se fala no Rio Grande do Sul, resolveram passar por ela e houve confronto, em que dois agricultores foram mortos... (...) Eu posso dizer aos senhores que, para minha grata surpresa, as mesas avançaram bem. Nós tomamos providências baseados na experiência da Fazenda Buriti e de Santa Catarina. Nós achamos correto que das mesas participassem apenas as pessoas diretamente envolvidas na área, porque nós temos, inúmeras vezes, lideranças dos dois lados respeitáveis nas causas que defendem, mas, por vezes, buscam mais o confronto do que o entendimento, mais a guerra do que a pacificação. E digo isso de lideranças dos dois lados, que, por vezes, parecem querer apagar o incêndio jogando querosene, como tenho dito

Num primeiro momento da reunião nos deparamos com um procedimento de abertura de sessão conduzida pelo presidente, o deputado Paulo Feijó, o que gostaria de destacar aqui são os protocolos e efeitos esperados dos ritos de instituição que norteiam as condutas da comunidade parlamentar ali presente, A respeito disso, Bourdieu (1996) ao discutir os *atos de instituição* adverte sobre a eficácia dos enunciados performativos e as condições sociais que asseguram os mecanismos da linguagem dominante. Portanto, a padronização de fala nas aberturas de uma audiência pública irá compor

significativamente o papel simbólico da autoridade de um presidente, em controlar, dar ordens aos destinatários, neste caso, aos demais parlamentares e convidados.

Quanto aos trechos das falas dos ministros convidados a prestar *esclarecimentos* nesta *audiência*, primeiramente o uso da palavra feito pelo ministro Gilberto Carvalho e posteriormente o ministro José Eduardo Cardozo, gostaria de destacar enquadramentos centrais em suas narrativas, em torno dos referentes do debate: *conflito entre agricultores e indígenas*.

O ministro Gilberto Carvalho fornece um primeiro enquadramento: o papel do seu ministério é divulgado por ele como de mediar, conter e evitar conflitos. Então temos uma primeira pista de fala fornecida pelo ministro Gilberto Carvalho, uma concentração no aspecto da *mediação*. Referente este que voltará algumas vezes como um dos centros de sua argumentação; e que também terá a mesma centralidade no pronunciamento do segundo ministro. Durante seu pronunciamento, o ministro Gilberto Carvalho buscou anunciar o contexto envolvendo processos de demarcação de terra indígena em algumas regiões, e nesse procedimento, o falante irá ajustar suas afirmações utilizando seguidas vezes o recurso de filiar-se antecipadamente ao que será tratado no esclarecimento do ministro José Eduardo Cardozo, cujo campo de atuação está mais diretamente ligado aos temas em debate.

A narrativa conduzida pelo ministro José Eduardo Cardozo abre com prosódica cordial, e referente de *amizade* entre parlamentares, mesmo discordantes, e então apresenta sua apreensão do contexto: um campo de interesses envolvendo de um lado aqueles que demandam a demarcação de terras indígenas, e esclarece a constitucionalidade deste direito, e do outro lado, o campo de interesse envolvendo proprietários titulados, também legítimo para o falante.

Neste caso, ficou transparecido um enquadramento central na fala do ministro José Eduardo Cardozo e que fora anunciado antecipadamente pelo ministro Gilberto Carvalho, ou seja, há um ajustamento de falas que toma a categoria *mediação* para nortear todo um esquema discursivo em torno do presente debate, com a demanda e a busca de apoio para a melhor instrução dos tipos de processo em questão, como também de assegurar a legitimidade de ação do governo que está ali representada na personificação dos Ministérios.

A posição do ministro José Eduardo Cardozo é demonstrar que as chamadas *mesas de diálogo* funcionam no sentido de compor as partes na mediação não para que se abra mão de direitos, mas para que se tenha um *ajuste dos limites desses direitos*, e

junto a esta explicação o falante menciona um conjunto de outras categorias que irão fazer parte do jogo simbólico envolvendo classificação de um conflito, quando diz: “...fazer **equacionamentos**, mediações, **entendimentos**, além de **resolver** definitivamente o processo, **levamos paz social, garantia dos direitos** dos envolvidos em uma situação que pode não ser a melhor para as duas partes, mas que acaba sendo boa ao final do procedimento.”

O ministro faz seu primeiro discurso de longa duração, utilizando o recurso de um idioma jurídico no oferecimento de esclarecimentos acerca do que ele tem chamado procedimentos de mediação. Sua narrativa é um detalhamento de algumas situações envolvendo *ações judiciais* nos processos de demarcação de terras indígenas para chegar especificamente no caso do conflito entre índios e agricultores no Rio no Grande do Sul, questão pela qual a comissão convocou seu parecer.

que no evento comunicativo que é esta audiência, o repertório deste falante dará o tom para as interpelações feitas posteriormente por alguns parlamentares, ou seja, trata-se do que Goffman (1979) destaca como um tipo de *comunicação dominante* na situação social onde acontece o encontro conversacional com os demais ouvintes que estão em seu alcance visual, mais precisamente uma atenção à estrutura da participação que por sua vez está sujeita tanto para arranjos interacionais como para transformação de enquadramentos.

Então ao final da narrativa o falante reitera sua percepção sobre o conflito em questão. Esta conduta de fala em repetir o enquadramento que elenca como significativo para fechar a comunicação parece-nos um modo de assegurar dentro das condições institucionais o reconhecimento do discurso ritual (Bourdieu, 1996):

Para que o ritual funcione e opere, primeiro é preciso que ele se apresente e seja percebido como legítimo, pois o simbolismo estereotipado contribui exatamente para evidenciar que o agente age na qualidade de depositário provido de um mandato e não sem seu próprio nome ou de sua própria autoridade. (: 93)

Passamos agora para algumas interpelações:

**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS):** (...) V.Exa. disse: “*Vamos fazer uma reunião*” — vamos fazer não sei o quê — “*para poder acertar.*” Nunca aconteceu. Se o nosso texto não serve, que texto serve? Não têm interesse em resolver, Deputado Osmar. Aí nós temos a PEC 215. Até hoje a coisa não andou. (...) E, no caso de Faxinalzinho, especificamente, é uma ampliação. V.Exa.

recebeu agora o parecer da AGU dizendo que não pode haver... Diga para esses índios, tenha o peito de dizer: *“Pessoal, vai embora. Aqui não é área indígena.”*

Diga para esse povo que não existe ampliação de área. Os senhores estão estimulando o conflito. Aí os índios vêm aqui e dizem: *“Fazendeiros vão morrer.”* Aqui disseram para V.Exa., na semana passada — houve até imprensa: *“Agora vai ter uma guerra e nós vamos matar gente.”* Quem causou isso? O Governo. Os senhores fizeram isso. (...) Há terra para vender na mesma área e ao lado. Não retirem 30, 40, 50 famílias, porque vão tirar a história deles de mais de 100 anos em cima da terra, por um laudo antropológico fraudulento. É fraudulento, Ministro!

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA):**

Nós já denunciemos a V.Exa., Ministro José Eduardo, que existe um vício de origem, que é a fraude antropológica, denunciada por mim e por centenas, porque quando não existia índio e fazem um laudo dizendo que lá existia índio em 1988, esse laudo é fraudulento. Qual a providência que o senhor tomou depois de centenas de denúncias? O senhor mandou apurar se havia fraude? (...) O Governo não está zelando por seu povo. Aliás, falta a este Governo um plano de nação, um projeto de nação voltado para os diversos setores, para o desenvolvimento nacional, desejado por todos nós. Um deles é este: a questão indígena. Nós, ao propormos a PEC nº 215, o fizemos pensando no índio dentro da aldeia e no índio fora da aldeia. (...) O Estado omisso, alienado, acovardado, incompetente, como o é o Estado com que nós convivemos hoje, não deu solução ao problema. Há aqui um Deputado amigo nosso, do Rio Grande do Sul, que usa uma expressão muito própria para tudo isso. Ele diz: *“O Estado, na mão grande, assalta o cidadão, tirando-lhe a terra, a comida, o direito de viver, os seus direitos como um todo.”* É o Deputado Alceu Moreira. Ele usa essa expressão com muita propriedade.

(...) Mas o senhor continua acreditando nos cretinos que falsificam documentos e levam a esse conflito que não deveria existir. Para defini-lo fora da aldeia, nós temos que defini-lo dentro da aldeia. Nós queremos o índio recluso na sua área de terra, escravo da sua mata, onde ele nem pode produzir? Nós queremos que ele volte à condição de viver nas cavernas, nas casernas de antigamente? Nós não queremos que ele venha participar do processo social, avançar numa condição de vida mais decente? É isso, Ministro Gilberto Carvalho? Nós precisamos definir isso. A PEC nº 215 se propõe a avançar: além de definir questão de área indígena, define também o que nós desejamos aos índios. Eu acho que eles devem ser integrados à sociedade e à civilização.

**O SR. MINISTRO JOSÉ EDUARDO CARDOZO:** (...) Eu sempre os tive e os terei como amigos, como pessoas que recebo e ouço com muita atenção, porque dominam o tema. Embora nem sempre eu concorde com a opinião de V.Exas. nem V.Exas. concordem comigo, não poucas vezes os tenho recebido no Ministério da Justiça, ouvido, analisado alguns argumentos de V.Exas. E queria me referir a isso. Deputado Luis Carlos Heinze, permita-me aqui, mais uma vez, uma fraterna divergência. (...) E eu faço um apelo, inclusive, aos Srs. Deputados, que têm presença nas regiões do Rio Grande do Sul, que nos ajudem a pacificar para termos o diálogo. Se não resolveu, não resolveu. Que a Justiça decida, mas em paz. É um apelo que faço e volto a fazer aos Srs. Deputados. V.Exas. têm um papel muito importante nesse processo. E, claro, além de defender o que acham, é legítimo. V.Exa. defende, coloca que é

fraudulento. É legítimo que defenda, mas nos ajude a promover a paz na região. Este é o apelo que eu faço com muita veemência e com muito vigor.

Passando para alguns destaques das interpelações de modo a refletir sobre os mecanismo de concorrência na imposição de percepções e categorias, o parlamentar Luis Carlos Heinze sinaliza seu descredenciamento ao procedimento do Ministério da Justiça em promover a *paz social* nas chamadas mesas diálogo. Seu enfretamento no primeiro bloco narrativo construído pelos repertórios dos dois ministros presentes, sobretudo na direção do que foi dito pelo ministro José Eduardo Cardozo, opera numa chave de contestação das orientações e medidas jurídicas que têm sido adotadas pelo Ministério da Justiça nos processos de identificação e demarcação de terras indígenas, como também de propor num tom imperativo o que deve ser feito para a resolução do problema em evidência, segundo sua percepção: “Diga para esses índios, tenha o peito de dizer: *“Pessoal, vai embora. Aqui não é área indígena.”*”

Pierre Bourdieu (1996) quando discute sobre as condições de limites e eficácia política, aborda os aspectos das ações impositivas relacionadas com conhecimento que os agentes políticos têm do mundo social:

Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos – e ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses – produzindo, reproduzindo, ou destruindo representações que tornam visíveis esses grupos perante eles mesmos e perante os demais. (:117)

A fala do deputado Giovani Queiroz indica um primeiro enquadramento da sua narrativa. Trata-se de uma recorrência a qual já observamos no decorrer desta pesquisa, e que se refere a questionamentos sobre validade de laudos antropológicos.

Além da repetição das categorias: *laudo antropológico, fraude, fraude antropológica*, o presente falante também evidencia em sua narrativa algo que também vem compondo o repertório “nunca houve índio lá”, como vimos na mesma citação acima. Esta ideia é central para imputar algumas das demandas indígenas, associando-a com o artigo 231 da Constituição de 1988, enfatizando territorializações de longa duração e impedindo deslocamentos e realocamentos. No decorrer da sequência desse jogo argumentativo há construções de oposições referentes à demarcação de terras, de

que estes planos de gestão tem afetado a vida de famílias que conquistaram uma determinada terra com muito trabalho para colocarem indígenas que ali recentemente chegaram.

E como podemos perceber junto a esta proposta é incorporada a noção de *integracionismo*, que em geral tem buscado demonstrar positividade de alguns projetos em questão para as populações indígenas, e nesse procedimento são usadas expressões que indicam um tom amigável e uma intenção de auxiliar estas populações no acesso de direitos, *convivendo na sociedade nacional* e não *isolados* em territórios.

Gostaria de destacar a partir do corpo de fala do ministro José Eduardo Cardozo o modo como a categoria *conflito e pacificação* tomaram uma dimensão significativa nesta audiência pública, sobretudo nos esclarecimentos deste ministro. Na verdade, o uso da segunda categoria demonstrou ocupar uma dimensão maior na sua fala. Além disto, diante do sistema de recursos que um agente do governo utiliza para prestar esclarecimentos, permite que esta reflexão se dirija para a produção de trabalhos que se propuseram a estudar as formas de administração do Estado e como este, imaginado como nacional, exerce formas de administrar as ações dos povos indígenas através de um delineamento de um formato sócio-político e a definição de seus territórios através do aparelho tutelar estatal (SOUZA LIMA, 1995). Segundo o autor, a *malha administrativa* do Estado é a *pacificação*, enquanto estratégia de conquista destas populações. Cabe então nos perguntar sobre o contexto que a categoria *pacificação* é elucidada pelo Estado nos dias de hoje, ou melhor, de que maneira ela se re-atualiza dentro do conjunto de ações de mediação nos conflitos atuais:

O exercício dos poderes de Estado supõe estratégias conducentes da passagem entre hostilidade aberta à “convivência pacífica” (...) estas estratégias são a um tempo possibilidades de interação cotidiana não violenta entre distintos povos (auto-definidos como nacionais ou não) e organizações administrativas e vias de incorporação, por um sistema de controle nacional, de um território antes demarcado pela guerra” (: 157)

Algumas interpelações nesta audiência se concentraram em discutir o controle pelo tempo de fala:

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB-MT)** - Eu sugiro também, Sr. Presidente, que controle o tempo dos dois Ministro, que seja regimental também.

(...)

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Nós entendemos a posição do Líder Fontana, mas vamos seguir o Regimento, vamos dar a palavra. A cada seis Deputados nós passaremos a palavra aos Ministros. A cada seis, certo? A cada seis; está decidido. Primeiro inscrito, Deputado Padre

João; segundo, Nilson Leitão. Em seguida, Marcos Montes, Junji Abe, Giovanni Queiroz — não, já falou —, Oziel Oliveira. Então, com a palavra o Padre João. Três minutos, improrrogáveis.

(...)

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Vou solicitar aos Deputados e principalmente aos assessores e aos visitantes que não se pronunciem. Uma reunião dessas, tudo transcorrendo perfeitamente bem... Eu não vou admitir esse tipo de manifestação.

**O SR. DEPUTADO BOHN GASS (PT-RS)** - Sr. Presidente, é só uma questão de ordem. Na verdade, teve manifestação. Eu ouvi atentamente os Deputados falarem, tenho discordância completa em algumas afirmações, mas eu ouvi, e ouvi neste momento. Não foram os assistentes aqui que falaram, foram Deputados que pediram a fala do colega Deputado. Eu peço que também nenhum Deputado atrapalhe a fala de outro Parlamentar.

(...)

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - V. Exa. tem mais 1 minuto para concluir, para completar 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO (PT-MG)** - Mas não é justo, eu não falei 2 minutos, fui interrompido.

(...)

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - (...) Eu peço desculpas aos Parlamentares, mas eu tenho que ser rigoroso no tempo, senão essa belíssima audiência pública não vai terminar bem. Segundo orador, Deputado Nilson Leitão. Três minutos, e peço a compreensão de V. Exa.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB-MT)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou fazer o palanque político que o João fez aqui, vou direto ao assunto. Primeiro, eu vou começar de trás pra frente o que nós começamos ontem. Nós estamos aqui devido a conflitos na área rural do nosso País. Ministro Gilberto Carvalho, Ministro José Eduardo Cardozo, eu poderia aqui ser agressivo, falar o que a Senadora Kátia Abreu disse, ao chamar o Ministro de “José Enrolado Cardozo”, agredir, mas eu não vou nem perder tempo com isso; também não é do meu feito.

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Deputado, seu tempo está encerrado.

**SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Deputado, vamos lá, concluído.

**SR. DEPUTADO PADRE JOÃO (PT-MG)** - Presidente, gostaria que... Foram 5 minutos e 40 segundos.

**SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB-MT)** - Igual o de V.Exa., João, porque eu não aceito mais chamá-lo de Padre.

**O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO (PT-MG)** - ...que desse também este tratamento

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Então eu serei mais rigoroso ainda com o tempo a partir de agora. Três minutos, Deputado Junji Abe. A partir dos 3 minutos, cortaremos aqui a palavra. Deputado Junji Abe.

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Agradecemos o Deputado Junji Abe, exemplo de cumprimento regimental. Deputado Oziel Oliveira, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Com a palavra o Ministro José Eduardo Cardozo, que responderá aos seis Deputados que falaram neste primeiro bloco.

(...)

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS)** - Presidente, gostaria de fazer só um último questionamento. V.Exa. não havia decidido, numa mediação, que a cada bloco falaria um dos Líderes?

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - No próximo bloco, eu vou dar a palavra a V.Exa.

(...)

**(Não identificado)** - Eu respeitarei a decisão de V.Exa. Eu estou inscrito, desde o início, acatando a orientação de V.Exa. Se houver qualquer mudança de regra, ela deve alcançar a todos.

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Então, a cada bloco, fala um Líder. Peço a compreensão de V.Exas. Vamos colocar o Deputado Henrique Fontana como o primeiro Líder a falar e V.Exa. como o segundo.

(...)

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB-MT)** - Ministro, eu só preciso de uma réplica.

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Sobre esse assunto, não.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB-MT)** - Para a verdade ficar estabelecida. Eu tenho direito à réplica.

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Nilson, V.Exa. não tem direito à réplica. Eu vou abrir uma exceção para que V.Exa. possa falar como Líder oportunamente.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO (PSDB-MT)** - Presidente, deixe-me só esclarecer. São 3 mil famílias. Eu só quero uma informação.

**O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO FEIJÓ, PR-RJ)** - Não, Deputado. V.Exa. vai me perdoar, mas V.Exa., por várias vezes, já se manifestou com vários oradores. São 31 inscritos. Olhem a minha situação, gente: são 31 inscritos. Eu não posso ficar abrindo a palavra. Então, V.Exa. me perdoe. São 31 inscritos. V.Exa. vai falar como Líder no momento oportuno.

O Deputado Paulo Feijó que presidiu esta audiência, buscou conter a ordem e proibir as manifestações paralelas, e a partir destas intervenções, começou-se uma disputa em torno do tempo pelo uso da palavra: a contagem e o controle do tempo, a sequência dos inscritos para interpelarem, as intervenções; o padrão regimental do uso da palavra, etc. Tem chamado nossa atenção nestes eventos de fala no Congresso Nacional, que a concorrência pelo uso da palavra passa muitas vezes por certas indisciplinas regimentais para se fazer suprimir a palavra entre alguns locutores. Esses jogos têm um dado importante para pensar o capital de expressões nas trocas linguísticas, onde entra em questão os jogos pela legitimidade de locução.



## Considerações finais

O tratamento etnográfico dos repertórios multivocais na arena política (audiência pública numa Comissão Permanente) revelou-se promissor no entendimento das condições de produção de discursos. Acompanhar estes eventos de fala suscitou questões de duas ordens: específicos, sobre o modo como situações de fala são organizadas, e as dinâmicas internas que vão tendo ao longo da interação.

Vimos como um conjunto de concepções elucidadas durante esta audiência em certa medida (re) atualizam narrativas na ação da tutela através das práticas indigenistas exercidas pela administração do Estado (SOUZA LIMA, 1995). Estas práticas não se resumem ao órgão tutelar como a FUNAI, mas comparecem em alguns dos *tropos* (TODOROV, 2003) reunidos nos encaixes de alguns dos falantes transcritos, retomando imagens de *integração*, associada à *civilização*, e à *mestiçagem* como marca inevitável da brasilidade; só que associadas também com imagens de *cidadania* e *direitos*.

Alem disso, verificamos como o capital de expressões foi intensamente disputado através de recursos de um idioma jurídico por parte dos ministros e as conseqüentes tentativas por parte de alguns parlamentares de, na disputa de categorias, deslegitimar e autorizar testemunhos, como também os procedimentos por parte do Estado ao que se convencionou chamar de *mesas de mediação*. Avaliamos como a expressão *pacificação* e *conflito* fundamentaram concorrências no mercado de trocas linguísticas.

O exercício de etnografar audiências públicas na *Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural*, evidenciou uma correlação de enunciados, o que indicou que a repetição, ou melhor, as conexões discursivas reiteradas fazem parte do arranjo interpretativo de uma realidade, servindo por conseguinte às condições de existência de uma série de políticas em disputa envolvendo as populações indígenas e seus territórios. Este cenário evidencia o modo como *classificações*, *valores* e *enquadramentos* estão em disputa pela formação dos quadros interpretativos da realidade.

O intuito foi buscar entender a organização de falas por parte de uma elite política, cujos repertórios apreendidos em grande parte questionaram grupos que estão no núcleo da tradição de estudos antropológicos, não apenas isto, como também a deslegitimação generalizada da atuação dos profissionais desta área, surge como um desafio rigoroso (e muitas vezes árduo) de reflexão no fazer etnográfico, um

deslocamento que nos levou a carregar perguntas-chave durante todo esse processo de pesquisa e que serviu de instrumento positivo na realização dos deslocamentos postos, tanto no período em campo como no momento da escrita. Uma das questões foi pensar como construir um olhar empírico quando os sujeitos de pesquisa questionam a disciplina a qual você está vinculada. O que, no mundo das críticas pós-coloniais não é exatamente uma novidade, mas que tanto deve ser pensado do ponto de vista ético, quanto do ponto de vista de incluir na etnografia esse tipo de discordância e desentendimento?

Por fim, retomando a ideia de que falar – em certas condições – pode fazer do enunciado realidade (Bourdieu, 1996; Foucault, 2008), neste caso, pelo caráter ritual das falas, e pela autoridade dos falantes, algumas questões se colocam, as quais deixamos em aberto, no sentido de pensar os efeitos mais prolongados que eventos de fala podem ter: Mas afinal quais são os efeitos gerados pela sequência de discursos destas duas audiências na vida dos sujeitos de direitos sobre os quais se discutia?

## Referências Bibliográficas

BAUMAN, Richard & SHERZER, Joel. “The Ethnography of Speaking”. Department of Anthropology, University of Texas, Austin, 1975.

BEZERRA, Marcos Otavio. “Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas linguísticas”. O que falar quer dizer. SP: Edusp, 1996

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Congresso Nacional, Brasil. “Regimento Interno da Câmara dos Deputados” [Recurso eletrônico] – 13 Ed. – Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

COMERFORD, Jonh Cunha. & BEZERRA, Marcos Otávio. “Etnografias da Política: uma Apresentação da Coleção Antropologia da Política.” Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013.

FOUCAULT, Michel. “A arqueologia do saber”. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOFFMAN, Erving. “*FOOTING*”. Em: Ribeiro, B. T. & Garcez, P. M. (orgs.) *Sociolinguística Interacional*. SP: Loyola, 2002.

HYMES, Dell. “Speech and language: on the origins and foundations of inequality among speakers”. In: *Ethnography, Linguistics and Narrative Inequality*. USA: Taylor & Francis, 1996.

LEACH, Edmund. “Ritualization in Man”. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences*. Vol. 251, No. 772, (Dec. 29, 1966).

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (orgs.). “Antropologia, voto e representação política”. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. “Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil”. Petrópolis, Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_(org.)“Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 316pp. (Coleção Antropologia da Política), 2002.

TEIXEIRA, Carla Costa. “A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949 –1994)”. Rio de Janeiro : Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 1998.

\_\_\_\_\_, Carla Costa. Decoro Parlamentar: entre agressões morais e indisciplinas estratégicas. In: “Espaços e Tempos da Política” (Org.) TEIXEIRA, Carla Costa &

CHAVES, Christine de Alencar. Relume Dumará/ NuAP – Coleção de Antropologia Política, Rio de Janeiro, 2004.

TODOROV, Tzevetan. “La conquista de América. El problema del otro”. Siglo veintiuno editores Argentina, 2003.